

A importância crucial de uma profissão

■ SÉRGIO NIZA*

O trabalho humano incorpora, cada vez mais, saberes que só a escola proporciona. Por isso, os professores se tornaram agentes determinantes do desenvolvimento económico e social como nunca havia acontecido. E, no entanto, contraditoriamente, o mal-estar e a desmotivação dos docentes nunca foram tão sentidos como hoje. É neste contexto paradoxal que a Política de Educação, em vez de revalorizar os professores e proporcionar estímulos ao seu aperfeiçoamento, procurando inverter tão dramática crise, nos surpreende com um extenso e blindado programa de vigilância e controle das escolas e da profissão. Trata-se de um conjunto de medidas conjugadas de desvalorização objectiva e subjectiva da profissão docente enquadrado numa estratégia de reordenamento e disciplinarização do sistema escolar. Destacam-se nessa estratégia, uma concepção reitoral de comando das escolas e um regime de avaliação do desempenho dos professores. A estrutura de avaliação do desempenho que está a ser implementada nas escolas é constituída por um complexo

dispositivo de controlo hierarquizado da produção e da eficácia do serviço docente, plasmado numa concepção tecnocrática do trabalho.

Não dispondo as escolas de recursos humanos com tempo suficiente e formação específica necessária para tão delicada tarefa, parece aos olhos de muitos uma leviandade.

Tais erros de engenharia política poderão, a breve trecho, provocar uma nova e mais profunda regressão do *ethos* cultural das escolas.

Pensam alguns que esta estrutura de controlo poderia, no entanto, fazer emergir novos e re-humanizados comportamentos nas rotinas de ensino. Esquecem, porém, a tão experimentada capacidade de resistência às mudanças por parte dos professores.

Atente-se, por exemplo, em alguns indicadores das fichas oficiais de notação que orientam o avaliador para ajuizar da disponibilidade do professor em «atender, ouvir e apoiar os seus alunos» ou, mais ainda, «o empenhamento e apoio individual do professor» quando se trata do apoio devido à aprendizagem dos alunos.

Como corresponderão os docentes em avaliação a estes desafios que tão raramente se demonstram nas escolas?

E poderiam referir-se alguns outros interessantes indicado-

res de avaliação do improvável. Devem-se à competência técnica e a alguma candura dos assessores ministeriais no afã de induzir com os rituais de avaliação a transformação das escolas.

O que fica claro em toda esta maquinaria de avaliação é a forma obstinada, mas pouco lúcida, com que se pretende elevar os resultados dos alunos através de um sistema de notação e selecção de professores, para os castigar ou premiar.

Os padrões de avaliação para o aperfeiçoamento docente terão de fundar-se, inevitavelmente, em referenciais pedagógicos de avaliação formadora e não em práticas de controlo empresarial.

Um relatório da insuspeita OCDE sobre a importância dos professores, (*Teachers Matter, 2005*) contrariando o que está a acontecer entre nós, adverte que: «Se os professores não forem activamente comprometidos na elaboração das políticas, as mudanças substanciais terão pouca possibilidade de ser aplicadas com êxito.» (p. 16) Aqui reside o fracasso anunciado desta Política de Educação.

**Prof. do ISPA e membro do Conselho Científico de Formação de Professores*